

SALÁRIO MÍNIMO

COLUNA DO ESTADÃO

A solução do piso salarial para os Estados foi sacada pelo presidente Fernando Henrique há pouco mais de uma semana, mas o estudo técnico-jurídico está pronto desde agosto do ano passado, quando foi entregue ao próprio presidente e por lá ficou esquecido. O estudo foi elaborado, a pedido do presidente FHC, por um grupo de quatro pessoas: Edward Amadeo, secretário de Política Econômica, Eduardo Graeff, assessor especial da Presidência, Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, e José Márcio Camargo, da PUC do Rio de Janeiro.

Foi o próprio Fernando Henrique que se lembrou desse estudo, quando a polêmica sobre o reajuste do salário mínimo estava no auge dos discursos políticos no Congresso. A proposta foi elaborada a partir do pedido do presidente para que o grupo encontrasse soluções alternativas, especialmente sobre a questão do impacto do aumento do mínimo nas contas da Previdência Social.

Primeiro, os técnicos chegaram à idéia da regionalização do salário mínimo, o que foi de imediato descartado, pois exigiria mudanças na Constituição. Evoluíram para a proposta do mínimo nacional e piso estadual e assim entregaram o trabalho a FHC.

Quando o reajuste do mínimo entrou no debate, a área econômica focou sua preocupação no valor do salário, não tratando de propostas alternativas. Com o estudo em mãos, FHC levou pouco mais de uma semana para apostar que essa era a saída política para a encenação arrumada por FHC.

Genialidades

Não foram poucos os que tentaram se apropriar da autoria da idéia do piso salarial para os Estados - no Congresso, no Planalto e na Esplanada dos Ministérios. A proposta é de técnicos graduadíssimos e foi lembrada por FHC.

Xeque-mate

Logo depois da reunião sobre o salário mínimo, o presidente Fernando Henrique Cardoso comentava com assessores: "Agora, todos os governadores e prefeitos do PFL vão dar os US\$ 100 que o partido queria e os governadores do PT poderão aplicar o mínimo pregado pelo Dieese (mais de R\$ 400)."